

SUMÁRIO

1. DIREITO DE FAMÍLIA – INTRODUÇÃO	1
1.1 Conceito de Direito de Família. Estágio atual	1
1.2 O novo Direito de Família. Princípios.....	5
1.2.1 Direito Civil Constitucional e Direito de Família.....	5
1.2.2 Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, inc. III, da CF/1988).....	6
1.2.3 Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, inc. I, da CF/1988)...	13
1.2.4 Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC)	15
1.2.5 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	16
1.2.6 Princípio da igualdade na chefia familiar (arts. 1.566, incs. III e IV, 1.631 e 1.634 do CC e art. 226, §§ 5.º e 7.º, da CF)	19
1.2.7 Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC).....	20
1.2.8 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	21
1.2.9 Princípio da afetividade.....	23
1.2.10 Princípio da função social da família	27
1.2.11 Princípio da boa-fé objetiva.....	29
1.3 Concepção constitucional de família.....	36
1.4 Resumo esquemático	40
1.5 Questões correlatas	41
Gabarito	42
2. CASAMENTO – CONCEITO, NATUREZA JURÍDICA, ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, INVALIDADE E EFEITOS DO CASAMENTO	43
2.1 Conceito e natureza jurídica do casamento. Regras iniciais.....	43

2.2	Da capacidade para o casamento. Diferenças entre incapacidade e impedimentos.....	47
2.3	Impedimentos matrimoniais no Código Civil de 2002.....	55
2.4	As causas suspensivas do casamento.....	59
2.5	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. alterações promovidas pela Lei do SERP (Lei 14.382/2022).....	62
2.5.1	Casamento nos casos de moléstia grave.....	72
2.5.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i>	72
2.5.3	Casamento por procuração.....	74
2.5.4	Casamento religioso com efeitos civis.....	75
2.5.5	Casamento perante autoridade consular.....	77
2.6	Da invalidade do casamento.....	78
2.6.1	Introdução.....	78
2.6.2	Do casamento inexistente.....	79
2.6.3	Do casamento nulo.....	87
2.6.4	Do casamento anulável.....	93
2.6.5	Do casamento putativo.....	106
2.7	Prova do casamento.....	109
2.8	Efeitos e deveres do casamento.....	110
2.9	Responsabilidade pré-negocial no casamento. A quebra de promessa de casamento. A aplicação da boa-fé objetiva.....	116
2.10	Resumo esquemático.....	121
2.11	Questões correlatas.....	123
	Gabarito.....	131
3.	CASAMENTO. DIREITO PATRIMONIAL – REGIME DE BENS.....	133
3.1	Introdução. Conceito e princípios dos regimes de bens. Da ação de alteração do regime de bens.....	133
3.2	Regras gerais quanto ao regime de bens.....	145
3.3	Pacto antenupcial. Conceito e regras.....	168
3.4	Regras especiais quanto ao regime de bens.....	175
3.4.1	Regime da comunhão parcial.....	175
3.4.2	Regime da comunhão universal.....	188
3.4.3	Regime da participação final nos aquestos.....	192
3.4.4	Regime da separação de bens.....	197
3.5	Resumo esquemático.....	201
3.6	Questões correlatas.....	202
	Gabarito.....	213

4. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL. ANÁLISE COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010 E COM O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	215
4.1 Introdução. Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela EC 66/2010. A infeliz reafirmação da separação de direito pelo CPC/2015. Análise crítica	215
4.2 Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	234
4.2.1 O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato. Aprofundamentos necessários....	234
4.2.2 Preservação do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	241
4.2.3 A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto. Regras fundamentais quanto ao divórcio extrajudicial. O divórcio unilateral.....	244
4.2.4 Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal. Do julgamento parcial de mérito nas ações de divórcio (art. 356 do CPC/2015).....	262
4.2.5 A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	271
4.2.6 O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014). A guarda de animais de estimação e a aplicação das mesmas regras previstas para os filhos. Visão crítica	275
4.2.7 Alimentos na dissolução do casamento e a EC 66/2010. O problema dos alimentos pós-divórcio	299
4.2.8 A responsabilidade civil em decorrência da dissolução do casamento.....	301
4.2.8.1 Introdução. Direito de Família e responsabilidade civil. Premissas fundamentais para a compreensão do tema	302
4.2.8.2 A responsabilidade civil nas relações casamentárias. Os danos reparáveis.....	304
4.2.8.3 A possibilidade anterior de discussão da reparação de danos em sede de separação judicial. Impacto com a EC 66/2010 e com o CPC/2015.....	307
4.2.8.4 A reparação dos danos por quebra da fidelidade (antigo adultério).....	309
4.2.8.5 A reparação dos danos por infidelidade virtual.....	315
4.2.8.6 A reparação dos danos por conduta violenta entre os cônjuges. A incidência da Lei Maria da Penha e seus mecanismos de tutela (Lei 11.340/2006).....	322

4.2.8.7	O abuso de direito e sua incidência na relação casamentária. Os casos dos maridos enganados pela gravidez da mulher	327
4.3	Resumo esquemático	330
4.4	Questões correlatas	331
	Gabarito	335
5.	DA UNIÃO ESTÁVEL	337
5.1	Introdução	337
5.2	Conceito de união estável e seus requisitos	343
5.3	Diferenças entre união estável e concubinato. A questão das uniões estáveis plúrimas ou paralelas. A monogamia como princípio da união estável.....	355
5.4	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável	375
5.5	União de pessoas do mesmo sexo ou união homoafetiva.....	401
5.6	Resumo esquemático	414
5.7	Questões correlatas	415
	Gabarito	422
6.	DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO. DISPOSIÇÕES GERAIS, FILIAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FILHOS, ADOÇÃO E PODER FAMILIAR	425
6.1	Disposições gerais quanto ao parentesco	425
6.2	Filiação. Regras gerais. As antigas presunções de paternidade e as questões de biodireito. O criticável art. 1.601 do Código Civil e a parentalidade socioafetiva. Aprofundamentos quanto à posse de estado de filhos. A multiparentalidade como realidade jurídica da filiação. Primeiros impactos da decisão do STF, prolatada em repercussão geral (STF, RE 898.060/SC, julgado em 21.09.2016)	432
6.3	Reconhecimento de filhos.....	476
6.3.1	Introdução.....	476
6.3.2	Reconhecimento voluntário	477
6.3.3	Reconhecimento judicial.....	481
6.3.3.1	Foro competente para apreciar a ação investigatória	486
6.3.3.2	Legitimidade ativa para a ação investigatória	487
6.3.3.3	Legitimidade passiva para a ação investigatória	489
6.3.3.4	Fundamentos jurídicos do pedido.....	489
6.3.3.5	Valor da causa e outros efeitos	490

6.3.4	Questões controvertidas quanto à ação investigatória de paternidade.....	491
6.3.4.1	Os alimentos na ação investigatória.....	491
6.3.4.2	A discussão da parentalidade socioafetiva na ação investigatória.....	492
6.3.4.3	A relativização da coisa julgada na ação investigatória.....	495
6.3.4.4	A obrigatoriedade do exame de DNA e a presunção de paternidade.....	499
6.4	Adoção.....	504
6.5	Poder familiar.....	526
6.6	Resumo esquemático.....	538
6.7	Adendo especial.....	541
6.7.1	Art. 1.601.....	541
6.8	Questões correlatas.....	549
	Gabarito.....	560
7.	DOS ALIMENTOS.....	561
7.1	Conceito de alimentos e pressupostos da obrigação alimentar.....	561
7.2	Características da obrigação alimentar e do direito aos alimentos.....	571
7.3	Principais classificações dos alimentos.....	596
7.4	Modalidades contemporâneas de alimentos. Alimentos compensatórios, gravídicos e <i>intuitu familiae</i>	601
7.5	Outras regras previstas no Código Civil de 2002. Revisão e extinção da obrigação de alimentos. Culpa e alimentos.....	610
7.6	Regras previstas na Lei 5.478/1968. Aspectos materiais e processuais atualizados perante o CPC/2015.....	624
7.7	Resumo esquemático.....	651
7.8	Questões correlatas.....	652
	Gabarito.....	660
8.	DO BEM DE FAMÍLIA.....	661
8.1	Introdução. O bem de família na perspectiva civil-constitucional.....	661
8.2	O bem de família convencional ou voluntário.....	665
8.3	Bem de família legal.....	668
8.4	Resumo esquemático.....	690
8.5	Questões correlatas.....	691
	Gabarito.....	696

9. DO DIREITO ASSISTENCIAL – DA TUTELA, DA CURATELA E DA GUARDA. ESTUDO ATUALIZADO PERANTE O CPC/2015 E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	697
9.1 Introdução.....	697
9.2 Da tutela	701
9.3 Da curatela	711
9.4 Da guarda	732
9.5 Resumo esquemático	735
9.6 Questões correlatas	736
Gabarito	740
BIBLIOGRAFIA	741